



Bíblia e Dogmática na pré-história da Teologia

Bíblica: observações críticas a partir de Gerhard

Franz Hasel

*Bible and Dogmatics in the prehistory of Biblical Theology:
critical observations based on Gerhard Franz Hasel*

OSVALDO LUIZ RIBEIRO ^a

Resumo

Artigo de avaliação crítica da leitura que o teólogo do Antigo Testamento, Gehard Fraz Hasel, faz da pré-história da Teologia Bíblica. A partir da descrição das etapas históricas pelas quais a Teologia Bíblica teria passado até seu surgimento formal em 1787, o objetivo do artigo é, de um lado, apresentar observações críticas a respeito da descrição histórica desse processo que Hasel adequadamente faz, e, de outro, apresentar propostas de explicações também históricas para cada uma das etapas descritas pelo citado teólogo. Hasel não explica os acontecimentos, apenas os descreve. O artigo aceita a descrição de Hasel, mas procura dar a elas explicação histórica. Na sua fase pré-histórica, a Teologia Bíblica teria passado por quatro etapas: a) auxiliar da Dogmática, b) assumida como fundamento da Dogmática, c) rival da Dogmática e d) disciplina exclusivamente histórica, totalmente independente da Dogmática. No final do processo, com raras exceções, a proposta de sua abordagem exclusivamente histórica e de sua total independência da Dogmática não foi acatada pelo conjunto das igrejas herdeiras da Reforma. O período da pré-história da Teologia Bíblica ilustra de modo exemplar a situação em que a Teologia Bíblica se encontra no conjunto das aproximações ao Antigo Testamento: de um lado, nos espaços acadêmicos, é tratada cada vez mais radicalmente como uma disciplina histórica, independente da Dogmática cristã, enquanto, de outro, nos ambiente controlados pela

^a Faculdade Unida de Vitória: Vitoria, ES, Brasil. Doutor em Teologia, e-mail: osvaldo@fuv.edu.br

política eclesiástica, é mantida vinculada à mesma Dogmática a desta, de sorte que, do conjunto das igrejas herdeiras da Reforma de modo mais ou menos geral, pode-se dizer que nunca saíram da pré-história da Teologia Bíblica.

Palavras-chave: Gerhard Franz Hasel. Teologia Bíblica. Antigo Testamento.

Abstract

Critical evaluation of the reading that the Old Testament theologian, Gehard Fraz Hasel, makes of the prehistory of Biblical Theology. From the description of the historical steps through which Biblical Theology would have passed until its formal appearance in 1787, the objective of the article is to present critical observations regarding, on the one hand, the historical description of this process that Hasel adequately does, and, on the other, present proposals for explanations that are also historical for each of the stages described by the aforementioned Old Testament theologian. Hasel does not explain the events, he only describes them. The article accepts Hasel's description, but seeks to give them a historical explanation. Biblical theology would have gone through four phases: a) Dogmatics auxiliary, b) declared foundation of Dogmatics, c) rival of Dogmatics and d) exclusively historical discipline, totally independent of Dogmatics. His exclusively historical approach and his total independence from Dogmatics was not accepted by the group of Reformation-derived churches. The prehistory period of Bible Theology illustrates in an exemplary way the situation in which Biblical Theology finds itself in the set of approaches to the Old Testament: on the one hand, in academic spaces, it is treated more and more radically as a historical discipline, totally independent of Christian Dogmatics, while, on the other hand, in environments controlled by ecclesiastical politics, it is kept linked and at the service of the same Dogmatics, so that, from the group of Reformation-derived churches, more or less generally it can be said that they never left the prehistory of Biblical Theology.

Keywords: Gerhard Franz Hasel. Biblical Theology. Old Testament.

Introdução

Teologia do Antigo Testamento – questões fundamentais no debate atual¹ é um pequeno e relativamente antigo livro que merece atenção do/a estudante e do/a pesquisador/a do Antigo Testamento. Publicado em inglês, nos Estados

¹ HASEL, G. *Teologia do Antigo Testamento – questões fundamentais no debate atual*. Rio de Janeiro: JUERP, 1987.

Unidos da América, em 1972, com o título de *Old Testament Theology: basic issues in the current debate*², foi traduzido e publicado no Brasil pela já extinta editora JUERP em 1987. O original tinha 103 páginas, ao passo que a tradução brasileira tinha 121. A versão em inglês foi revisada e publicada em 1975, atualizada e publicada em 1982 e atualizada e ampliada em 1991³. Foi a partir dessa atualização e ampliação, com a adição do volume relativo ao Novo Testamento, que mais recentemente se publicaram no Brasil os dois volumes em um só⁴, com 559 páginas. O objeto de avaliação do presente artigo é a versão brasileira de 1987, que traduz a edição original de 1972.

Seu autor, Gerhard Franz Hasel, foi professor e deão do Seventh-day Adventist Theological Seminary, vinculado à Andrews University. Sua escrita é agradável, mas, segundo resenha assinada por James Barr, o texto seria fácil de acompanhar somente para quem já detém alguma familiaridade com a literatura especializada do Antigo Testamento⁵. A avaliação que aqui se faz é a de que o pequeno livro é realmente muito fácil de ler.

Como dito, Hasel é um autor adventista e, por isso, conservador. O livro, todavia, apresenta características que excedem em muita medida o caráter tradicional de obras de recorte teológico conservador. O diálogo de Hasel com a crítica europeia é profundo e louvável e, para a época, atualizado. Na obra citada, Barr reconhece que Hasel conhecia a literatura especializada⁶, e, com efeito, Hasel

² HASEL, G. *Old Testament Theology: basic issues in the current debate*. Grand Rapids: Wm. B. Eerdmans, 1972.

³ DAVIDSON, R. M. The legacy of Gerhard Hasel's *Old Testament Theology: basic issues in the current debate* revealed in Old Testament scholarship of the last four decades. *Journal of the Adventist Theological Society*, v. 26, n. 2, 2015, p. 4.

⁴ HASEL G. *Teologia do Antigo e Novo Testamento*. Questões básicas no debate atual. São Paulo: Academia Cristã, 2015.

⁵ BARR, J. *The Journal of Theological Studies*, New series, v. 25, n. 1, 1974, p. 182-186, Resenha de: HASEL, G. *Old Testament Theology: basic issues in the current debate*. Grand Rapids: Wm. B. Eerdmans, 1972.

⁶ BARR, 1974, p. 182.

não economiza as referências. Por exemplo, em resenha à edição de 1972, Clements fala de a obra ser marcada por “grande claridade” e por “detalhada referência à literatura corrente”⁷. Na citada obra de seu colega de cátedra, diversas outras resenhas, algumas favoráveis, outras, não, podem ser consultadas⁸. A posição deste pesquisador é que, na obra de Hasel, a posição crítica de inúmeros pesquisadores renomados do Antigo Testamento é não apenas mencionada, mas mesmo adequadamente mencionada, sem juízos de valor, não raro, presentes em literatura não alinhada à epistemologia científica. O que não impede o autor de, ao final do volume, expressar sua identidade teológica por meio de uma proposta pessoal para a Teologia do Antigo Testamento, que, nesse caso, salvo melhor juízo, chega a desconsiderar observações críticas que haviam sido apontadas em face de propostas para a Teologia do Antigo Testamento por parte de especialistas apresentados e comentados nos capítulos anteriores. Esse fato não desmerece o caráter respeitoso, acadêmico e objetivo com que o conteúdo do livro é apresentado e tratado. Hasel deve ser considerado um exemplo de teólogo bíblico conservador. Sua posição conservadora não o deixa cego, não o leva à deturpação da literatura da área, não o impede de dialogar com a crítica bíblica e, ao final, se expressa como identidade teológica.

O livro está dividido em seis capítulos. O primeiro, merecedor de todos os elogios, trata das “Origens e desenvolvimento da Teologia do AT”. O segundo capítulo discute “O problema da metodologia”. O capítulo 3, excelente, discute o tema teórico-metodológico d’A questão da História, História da Tradição e

⁷ CLEMENTS, R. E. *Scottish Journal of Theology*, v. 26, n. 4, 1973, p. 500. Resenha de: HASEL, G. *Old Testament Theology: basic issues in the current debate*. Grand Rapids: Wm. B. Eerdmans, 1972.

⁸ DAVIDSON, R. M. The legacy of Gerhard Hasel’s Old Testament Theology: basic issues in the current debate revealed in Old Testament scholarship of the last four decades. *Journal of the Adventist Theological Society*, v. 26, n. 2, 2015, p. 4-9.

História da Salvação” em uma Teologia do Antigo Testamento, constituindo um capítulo realmente muito importante para o enfrentamento sério da Teologia do Antigo Testamento. O capítulo 4 enfrenta o tema: “O centro e a Teologia do AT”. O quinto, por sua vez, o compreensível tema d’A relação entre os Testamentos”. E finalmente, o capítulo final, que propõe “Sugestões essenciais para se elaborar uma Teologia do AT”, onde a identidade teológica conservadora de Hasel melhor se expressa. Observa-se que não há discussões temáticas propriamente ditas na obra. Não se discutem os temas próprios da Teologia do Antigo Testamento, como o fazem as clássicas Teologias do Antigo Testamento. O objeto do livro é a própria Teologia do Antigo Testamento como disciplina, sua história, seus métodos, suas questões fundamentais e seu papel na teologia cristã. Apesar de o objetivo desse artigo não ser resenhar a obra, mas, a partir dela e para além dela, discutir questões relativas à Bíblia e ao Protestantismo, e isso com o objetivo de apresentar uma crítica às versões eclesiástico-acadêmicas dessa relação, não se pode mencionar o livro de Hasel sem manifestar a admiração da qual a obra e seu autor são plenamente merecedores.

Em termos teórico-metodológicos, o presente artigo sustenta-se no seguinte quadro geral. De um lado, a descrição da pré-história da Teologia Bíblica é assumida integralmente a partir da apresentação dos fatos conforme narrados em Hasel, que podem ser cotejados com os dados igualmente descritos na literatura por ele consultada e citada e ratificada por meio das resenhas que a obra recebeu. Não há necessidade, portanto, de justificar-se aqui uma teoria de História ou algo que o valha, posto que o próprio Hasel e os autores que enfrentam a história da Teologia Bíblica não se preocuparam em o fazer, e do que o pesquisador não sentiu substancial falta. Os autores envolvidos pressupõem que estejam a descrever acontecimentos históricos, verificáveis, refutáveis, acessíveis à pesquisa. Quer-se aqui crer bastar esse pressuposto. De outro lado, o

artigo não permanecerá no nível da descrição histórica que Hasel faz, mas procurará, por sua conta e risco, descer pelo menos um nível mais fundo nos extratos da abordagem histórica, buscando explicar não o que aconteceu, porque disso Hasel presta contas, mas a razão por que as coisas aconteceram como Hasel as descreve. Aqui, o conceito que sustentará a organização explicativa dos fatos descritos por Hasel é o da ecologia da ação, que se foi recolher em Edgar Morin. Nos termos do conceito da ecologia da ação, uma vez que indivíduos agem na história, com o que intentam alcançar certos objetivos, a ação a que dão início não permanece necessariamente sob o controle da intencionalidade com que se iniciou o processo. Os resultados de uma ação planejada podem chegar a ser até mesmo opostos ao planejado. Da forma como seu próprio propositor a define:

tão logo um indivíduo empreende uma ação, qualquer que seja, esta começa a escapar de suas intenções. Esta ação entra em um universo de interações e é finalmente o meio ambiente que se apossa dela, em sentido que pode contrariar a intenção inicial. Frequentemente a ação volta como um bumerangue sobre nossa cabeça. Isto nos obriga a seguir a ação, a tentar corrigi-la (...). A ecologia da ação é, em suma, levar em consideração a complexidade que ela supõe, ou seja, o aleatório, acaso, iniciativa, decisão, inesperado, imprevisto, consciência de derivas e transformações⁹.

Assume-se como teórico-metodologicamente conveniente aplicar ao caso o conceito de ecologia da ação, porque, como se verá a seguir, as igrejas em reforma colocaram em movimento um jogo que se revelará impossível de elas controlarem de modo absoluto¹⁰. Colocar a Bíblia no jogo eclesiástico findará por

⁹ MORIN, E. *Os sete saberes necessários à Educação do futuro*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2001, p. 86-87. Para aprofundamento do conceito, cf. MORIN, E. *Introdução ao pensamento complexo*. Lisboa: Instituto Piaget, 2008; MORIN, E. *O Método 2. A vida da vida*. Porto Alegre: Sulinas, 2001.

¹⁰ Aqui, caberia sugerir a consulta ao conceito de cultura como jogo (HUIZINGA, Johan. *Homo ludens: o jogo como elemento da cultura*. 7 ed. São Paulo: Perspectiva, 2012). O conceito de cultura como jogo e o conceito de ecologia da ação complementam-se mutuamente, porque é próprio do jogo que o jogador não possa, sozinho, controlar o movimento dos demais jogadores. O resultado do jogo depende de variáveis que um único jogador não controla.

revelar-se um movimento que continha em si mesmo consequências que, a médio e longo prazo, exigiriam dos jogadores atitudes que, nos termos dos interesses eclesiais envolvidos, se encontravam além das suas condições de movimentação das peças no tabuleiro.

Origens e desenvolvimento da Teologia do AT

Neste artigo, apenas o capítulo um será analisado, e, ainda assim, em parte. Mas não se trata, a rigor, de apenas uma análise, como agora se passa a explicar. Duas observações são necessárias. Primeiro, o capítulo está dividido *formalmente* em quatro partes, mas quando o leitor se põe a ler atentamente as páginas que compõem a muito bem resumida pré-história e história da Teologia Bíblica, evidenciam-se, no próprio texto, oito divisões, não quatro. Em termos de estrutura formal, Hasel dividiu seu capítulo nas seções “A. Da Reforma ao Iluminismo” (p. 13-15), “B. A Era do Iluminismo” (p. 15-19), “C. Do Iluminismo à Teologia Dialética” (p. 19-24) e “D. O Reavivamento da Teologia do AT” (p. 19-26). No entanto, sem que haja frontal contradição ou mesmo incoerência entre essa divisão formal e a que se encontra efetivamente desenvolvida no texto, a leitura do capítulo revela oito etapas que descreveriam, segundo o próprio Hasel, as origens e o desenvolvimento da Teologia do Antigo Testamento. Hasel distingue duas grandes etapas principais, uma, constituindo – mesmo nos termos de Hasel – mais a pré-história da Teologia do Antigo Testamento do que sua história, e a segunda, constituindo propriamente a história da Teologia do Antigo Testamento. Nos termos de Hasel, a pré-história da Teologia Bíblica vai da Reforma até a data didática de 30 de março de 1787, enquanto sua história propriamente dita vai dessa data até o advento da assim chamada Nova Teologia Bíblica. Com quatro etapas menores, a pré-história da Teologia Bíblica constitui o

objeto de interesse do presente artigo, e serão essas quatro etapas menores detalhadamente tratadas a seguir.

Antes, porém, deve-se fazer uma segunda observação. Não se deveria fazer qualquer ressalva às etapas apresentadas por Hasel. A pré-história da Teologia do Antigo Testamento é muito adequadamente bem descrita pelo autor, e em termos muito difíceis de se encontrar mesmo em literatura não confessadamente comprometida com seminários denominacionais. Salvo melhor juízo, Hasel descreve corretamente o processo de nascimento do que, nos séculos XIX e XX, se tornará a Teologia do Antigo Testamento. No entanto, como se pode notar também na descrição da segunda grande etapa desse desenvolvimento, Hasel não apresenta absolutamente nenhuma tentativa de explicação histórica para nenhum dos oito momentos fundamentais de que trata. Menciona cada etapa, descreve cada momento, situa-a em termos dos teóricos envolvidos, mas não procura apresentar qualquer explicação para cada uma delas.

O objetivo do presente artigo, que agora se busca cumprir, é, a partir exatamente – e sem ressalvas – da descrição dos fatos narrados por Hasel, propor uma explicação para cada uma das quatro primeiras etapas das origens da Teologia do Antigo Testamento. O interesse por essas quatro etapas justifica-se por um fato surpreendente: na avaliação do pesquisador que elabora o presente artigo, *no que diz respeito à Bíblia*, a Reforma Protestante ocorre, realmente e apenas em 30 de março de 1787. E, fato a se assinalar, a despeito de não o explicar historicamente, o próprio Hasel descreve o processo histórico que justifica a avaliação. Além disso, em momento algum de seu texto, o próprio Hasel apresenta qualquer fato ou argumento que interditasse a avaliação que se acaba de fazer.

Primeira etapa da pré-história da Teologia do Antigo Testamento – a Teologia Bíblica é auxiliar da doutrina cristã

O modo como Hasel descreve o início da pré-história da Teologia Bíblica é relevante. Não há arroubos retóricos na direção de ao menos sugerir que a Reforma inaugura uma “nova era” no que diz respeito à Bíblia. Não. O que Hasel diz é o seguinte: coube ao primeiro momento da Reforma Protestante “atribuir à teologia bíblica o papel de *disciplina auxiliar* das doutrinas do protestantismo ortodoxo” (p. 14, grifo nosso)¹¹. Hasel insiste: trata-se de a Teologia Bíblica cumprir o “papel de *disciplina auxiliar* da dogmática ortodoxa” (p. 14, grifo nosso). Considere-se que se trata da pré-história da Teologia Bíblica, e que o próprio termo “teologia bíblica” só vá aparecer pela primeira vez cem anos após a Reforma” (p. 14). Nesse sentido, “teologia bíblica” aí – e até 1787 – constitui uma grandeza não plenamente definida, sem identidade solidamente estabelecida, muito mais apropriada para referir-se ao “uso da Bíblia” do que a uma disciplina autoconsciente. Tratava-se “de apoiar os *tradicionais* sistemas de doutrina da ortodoxia protestante primitiva (p. 14). O que permite considerar que é exatamente disso de que se trata: a Reforma introduz a Bíblia no jogo eclesiástico, é o que se pode ler em inúmeros trabalhos apologéticos, mas, nos termos de Hasel, no início – e até o século XVIII! – a Bíblia não terá papel outro que o de “disciplina auxiliar das doutrinas do protestantismo ortodoxo” (p. 14). Vale a pena citar textualmente Hasel:

A função auxiliar da “teologia bíblica (...) foi solidamente estabelecida por Abraham Calovius – um dos representantes mais destacados da ortodoxia

¹¹ Todas as inserções de número de páginas ao longo do texto referem-se à versão brasileira de HASEL, G. *Teologia do Antigo Testamento* – questões fundamentais no debate atual. Rio de Janeiro: JUERP, 1987.

protestante – ao intitular de “teologia bíblica” o que antes era chamado de *theologica exegetica*. Em seus trabalhos, os “textos de prova” bíblicos, conhecidos por *dicta probantia*, e mais tarde por *collegia biblica*, tinham a função de apoiar a dogmática. A contribuição duradoura de Calovius foi atribuir à teologia bíblica o papel de disciplina auxiliar das doutrinas do protestantismo ortodoxo (p. 14).

Além disso, Hasel fala do “papel de disciplina auxiliar da dogmática ortodoxa” cumprido pela teologia bíblica (p. 14). O fato de encontrar-se sobre a mesa de trabalho protestante não deu à Bíblia o papel que se costuma dizer que ela tinha e que se comemora como fato a cada 31 de outubro. Nessa mesma mesa, e hierarquicamente acima da Bíblia, encontravam-se “os tradicionais ‘sistemas de doutrina’ da ortodoxia protestante primitiva” (p. 14), que a rigor controlavam (e ainda controlam) a “teologia bíblica”. A Bíblia é mera auxiliar no processo doutrinário¹². Sendo assim, resulta necessário dizer que a própria doutrina protestante não nasce da Bíblia, como igualmente se costuma dizer. A doutrina protestante é tradicional. A novidade protestante é passar-se a citar versos que, em tese, alegadamente apoiavam a tradição doutrinária ortodoxa primitiva, como se faz até hoje.

De um lado, o fato: a Reforma não é, afinal, um fenômeno bíblico. “Os tradicionais ‘sistemas de doutrina’ da ortodoxia protestante primitiva” (p. 14) não derivam da então recém-introduzida Bíblia ao jogo eclesiástico. A doutrina já está lá. A Bíblia serve apenas para auxiliar a doutrina, na forma de textos-prova, muito comuns até hoje no Protestantismo e nem um pouco desconhecidos na tradição

¹² Opinião deste pesquisador: ocorre no Protestantismo, com a Bíblia, o mesmo que ocorrerá, mais tarde, nos Pentecostalismos. No primeiro caso, a Bíblia é apontada como fundamento, quando de fato é a doutrina que sustenta todo o edifício. No segundo caso, alega-se tratar-se da “experiência” como fundamento, quando a rigor esta é medida, sopesada e controlada pela mesma doutrina com que, no caso anterior, se controla a hermenêutica protestante. Nos dois casos, pode-se falar do império não confessado da doutrina. Logo, da tradição.

evangélica brasileira. Salvo melhor juízo, a descrição de Hasel é correta. Falta a ela, todavia, contextualização e explicação.

De um lado, é fato que a Reforma colocou a Bíblia no tabuleiro do jogo eclesiástico¹³. Todavia, disso não se deve depreender que a Reforma encontrou sua fundamentação na Bíblia. Como tudo na história dos movimentos cristãos, trata-se de desenvolvimento da tradição. A Bíblia ocupa, no Protestantismo, o papel que, na Igreja cristã, da qual o Protestantismo surge como cisma, ocupava o papa. Com base na declaração de Hasel de que a Bíblia nada mais é do que mera auxiliar das doutrinas do Protestantismo, pode-se considerar que seu papel é, portanto, político. Trata-se de transferir a autoridade papal para a Bíblia. A Igreja, alega a Reforma, encontra-se submetida à Roma e ao papa. Para o movimento reformista, a reforma da Igreja cristã implica em fundamentá-la na “Palavra de Deus”, e não no papa e na tradição¹⁴. A operação política consiste em superar a autoridade papal pela declaração de que a igreja que se reforma sustenta-se não na autoridade do papa, mas na autoridade da “Palavra de Deus”. O papa é de Roma, a Bíblia é da Alemanha¹⁵. O conflito político entre a Igreja cristã e a igreja cismática opera-se no tabuleiro político-teológico: de um lado, alega-se, o papa;

¹³ DREHER, M. N. *Crise e renovação da Igreja no período da Reforma*. 4 ed. São Leopoldo: Sinodal, 2006.

¹⁴ Um exemplo da apologética da Reforma pode ser encontrado em um manual conservador de interpretação bíblica: ZUCK, R. B. *A interpretação bíblica: meios de descobrir a verdade da Bíblia*. São Paulo: Vida Nova, 1994. Como Zuck considera que a Reforma é o retorno do e ao “cristianismo verdadeiro”, e que toda a história cristã anterior constitui a história da Igreja católica, que ele considera apóstata, suas declarações sobre a interpretação da Bíblia até a Reforma podem ser mais ou menos assumidas como adequadas descrições históricas, mas, quando chega à Reforma, não mais. Zuck assume, corretamente, que até a Reforma, a Bíblia é lida por meio do trinômio alegoria, tradição e autoridade, princípios baseados e sustentados respectivamente em Justino, Ireneu e Tertuliano. Em tudo isso, Zuck está correto. Entretanto, Zuck afirma que a partir da Reforma a Bíblia deixa de ser lida alegoricamente, como até então, e passa a ser lida historicamente. Isso não é fato. No Protestantismo e até hoje, a Bíblia permaneceu sendo lida como sombra das doutrinas.

¹⁵ Aqui se pretende fazer referência ao fato de que a Reforma se constituiu como crítica à autoridade papal da Igreja romana, organizando-se a Reforma de modo a sustentar-se politicamente como que diretamente na própria Bíblia.

de outro, argumenta-se, a Bíblia. Nos termos do argumento, resulta claro que a igreja em reforma possui a verdade *porque possui a Bíblia*, ao passo que falta à Igreja cristã a mesma verdade pelo fato de faltar a ela a mesma “Palavra”. Bem se percebe tratar-se de um argumento: *porque tem a Bíblia*, a igreja que se reforma está automaticamente certa. Quando qualquer crente da igreja em reforma se encontra com um crente da Igreja cristã, o conflito já está previamente resolvido: o reformado está certo, *porque ele tem a Bíblia*, e o cristão está errado, porque ele tem o papa. Bíblia de um lado, papa de outro.

Não é difícil reconhecer o procedimento. Ele se encontra presente até hoje nas igrejas que descendem desse acontecimento histórico, e que, cientes disso ou não, reproduzem década a década o mesmo procedimento apologético. Ainda hoje, determinadas correntes do protestantismo e do evangelicalismo *resolvem* assim seu conflito com os agora católicos: os crentes têm a Bíblia, e os católicos, não, e por isso os crentes estão certos. Não vem ao caso, nesses ambientes, nem o fato de que cada igreja evangélica desenvolve, a partir da mesma Bíblia, uma doutrina diferente das demais doutrinas evangélicas, nem o fato de que, após o Vaticano II, também os católicos têm a Bíblia. Trata-se apenas e tão somente de um argumento político para construção da identidade e da autoridade do movimento reformado, mormente, mas não exclusivamente, em sua expressão evangélica, argumento internalizado de forma tão eficiente que permanece em uso até hoje.

Em resumo, Hasel está correto quando afirma que a Bíblia não ocupou outro papel que não auxiliar da doutrina reformada desde 31 de outubro de 1517 até pelo menos 30 de março de 1787. A doutrina reformada não nasce de qualquer operação exegética, mas dos “*tradicionais ‘sistemas de doutrina’ da ortodoxia protestante primitiva*” (p. 14). Seja na Igreja cristã, seja na(s) igreja(s) em reforma, as doutrinas derivam da tradição. O fato de que a disputa histórica se tenha dado

entre uma Igreja que não se servia instrumentalmente da Bíblia e uma facção cismática de seu corpo eclesial, cujo interesse em última análise era desvencilhar-se da igreja romana e da autoridade de seu papa, determinou que a retórica reformada se desenvolvesse no sentido de, de um lado, opor a Bíblia ao papa e, de outro, resolver a disputa com o argumento de que *ter a Bíblia* determinava a procedência doutrinária da igreja em reforma. Ter a Bíblia, todavia, não significava necessariamente lê-la, estudá-la e compreendê-la. E provavelmente a Bíblia não viria a ser efetivamente estudada, caso o cenário agonístico inter-elesiástico não se tivesse modificado. Para todos os efeitos, a introdução da Bíblia na Reforma se dá por estratégia política. Trata-se de sustentar *como que na Bíblia* o edifício da nova Igreja. Mas mesmo teólogos conservadores, mais amigos da verdade do que de Platão, reconhecem perfeitamente que não se tratou de um movimento bíblico. Um movimento *que se serviu da Bíblia*, sim, mas que tenha *nascido dela*, não. A Bíblia é apenas uma auxiliar das doutrinas. A única participação da Bíblia foi prestar serviço à retórica política do convencimento da população quanto ao fundamento da nova fé.

Segunda etapa da pré-história da Teologia do Antigo Testamento – a Teologia Bíblica como declarado fundamento da teologia dogmática

Há de parecer contraditório o fato de que a Bíblia só se tornará *declaradamente* fundamento da doutrina protestante na segunda etapa da pré-história da Teologia Bíblica, já que a Reforma é sempre mencionada como um procedimento de fundamentação do credo na Bíblia. Mas a declaração de Hasel é clara: “Já em 1745, a teologia bíblica sofre uma nítida separação da teologia dogmática (sistemática), *passando a ser entendida* como fundamento desta última” (p. 15, grifo nosso). Observem a prudência retórica de Hasel. Ele não

declara que a Teologia Bíblica *passa a ser* fundamento da Teologia Dogmática. Ele declara que ela *passa a ser entendida* como tal. Aqui se interpreta essa nuance retórica de Hasel como, de um lado, antecipação do que ele sabe que ocorrerá nos dois passos seguintes, e, de outro, distanciamento do autor em relação à declaração meramente tradicional, apologética, de ser a dogmática protestante bíblicamente fundamentada. Dizer-se a cada 31 de outubro que o Protestantismo está fundamentado na Bíblia é uma coisa. Ser de fato já não é a mesma coisa.

A força dessa condição se revelará com máxima potência na terceira fase da pré-história da Teologia Bíblica, mas Hasel reconhece que já na segunda fase o pietismo alemão representará o motor transformador do papel que a Bíblia ocupa na Reforma. Hasel declara que o pietismo alemão criticará “a árida ortodoxia protestante” (p. 14-15). O resultado inesperado e radical do conflito entre o pietismo e a ortodoxia não tardará a reconfigurar-se de modo não premeditado, mas passou por pelo menos uma fase, que, *mutatis mutandi*, serve para descrever em detalhes a relação em todas as igrejas descendentes da Reforma até hoje. Na segunda fase da pré-história da Teologia Bíblica, “o retorno ao domínio da Bíblia, característica do pietismo alemão, deu novo curso à teologia bíblica. Nesse movimento, esta tornou-se um instrumento de reação à árida ortodoxia protestante” (p. 14-15).

Hasel diz que nos primeiros trezentos anos da Reforma, a Bíblia cumpriu mero papel de auxiliar da doutrina protestante, e que, auge da segunda etapa da pré-histórica da Teologia Bíblica, apenas no século XVIII assentou-se o fato de que ela *passa a ser entendida* como fundamento da dogmática. Por que tal transformação ocorreu? Primeiro, deve-se acentuar que, a rigor, a Bíblia não se transformou *de fato* em fundamento da doutrina. De um lado, ainda que tivesse sido interesse das igrejas reformadas fazer da Bíblia *realmente* fundamento da doutrina, tal procedimento é impossível, porque a doutrina cristã desenvolveu-se

na tradição e por meio de mecanismos hermenêuticos absolutamente distantes da exegese histórica¹⁶, de sorte que somente por meio de ferramentas de pragmática política se pode projetar tais doutrinas nos textos da Bíblia Hebraica. De outro lado, Hasel sabe que se trata de *alegação*. Para que o caráter meramente declaratório de que seja a Bíblia fundamento da doutrina protestante resulte inquestionável basta colocar cada igreja protestante e evangélica uma ao lado da outra, cada qual declarando ser fundamentada na Bíblia a sua doutrina, de resto diferente das doutrinas das demais igrejas que igualmente declaram ser suas doutrinas fundamentadas na mesma Bíblia. O próprio cenário denuncia a artificialidade do jogo e seu comprometimento político-apologético. A Bíblia não é fundamento da doutrina de qualquer dos grandes cristianismos, muito menos dos seus virtualmente milhares de fragmentos eclesiais independentes. Leituras comprometidas com determinada tradição projetam na Bíblia essa tradição: o intérprete eclesial vai à Bíblia com a tradição já definida e retorna como que trazendo da Bíblia a tradição que ele já possuía antes de mesmo ir à Bíblia.

Por que, então, as igrejas protestantes passaram a usar o argumento? Recorramos ao argumento da ecologia da ação. Como hipótese de trabalho, propõe-se que a transformação do conflito eclesial tenha demandado um novo argumento, diferente do que se empregava no contexto do cenário anterior. Enquanto o conflito eclesial se dava entre a Igreja cristã, depois de Trento, católico-romana, e a facção cismática protestante, para estes estava desde cedo estabelecida a arma retórica: os protestantes estão certos, *porque têm a Bíblia*, e os adversários estão errados, *porque não têm a Bíblia*. Logo se vê que quando o conflito passa a se dar entre igrejas protestantes, o argumento não

¹⁶ Cf. BARRERA, J. T. *A Bíblia judaica e a Bíblia cristã*: introdução à história da Bíblia. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

serve. O jogo se altera. Quando dois protestantes discutem doutrina, nenhum deles pode argumentar que o outro está errado porque não tem a Bíblia, porque o outro *tem*. Logo, o argumento *só pode se dar com base na leitura da Bíblia*. Quando dois protestantes disputam em torno da Bíblia, o argumento será sempre que apenas um dos lados lê corretamente a Bíblia, de sorte que sua leitura e sua doutrina *têm fundamento*, ao passo que a leitura e a doutrina do adversário estão erradas, porque ele tem a Bíblia, mas não a entende. Todo adversário protestante de um crente protestante necessariamente lê errado e entende errado a Bíblia. A segunda fase da pré-história da Teologia Bíblica emerge das transformações político-sociais do tecido eclesiástico protestante: sua potencialmente infinita capacidade de fragmentação expõe a nu o fato de que ter a Bíblia não significa necessariamente grande coisa, porque todas as dezenas, centenas, milhares de igrejas protestantes têm a Bíblia, e nenhuma delas se entende. Logo, como se trata apenas e tão somente de mecanismos apologéticos, o argumento será sempre o mesmo, independentemente de quantas e quais igrejas protestantes estejam em conflito: cada uma alegará que sua leitura é a correta, e que todas as demais estão erradas. O pietismo é mencionado por Hasel, mas, a rigor, a etapa de alegação de fundamento bíblico da ortodoxia protestante não deriva diretamente do pietismo, mas do fato de diferentes tradições doutrinárias verem-se em conflito num jogo eclesiástico artificialmente fundamentado na mesma Bíblia.

Consta que Lutero havia sido advertido que seu movimento levaria a esse estado de coisas. Quem o declara é Richard Popkin. Popkin conta que Erasmo teria advertido Lutero quanto ao fato de que, alegando entregar a Bíblia ao povo para sua leitura, resultaria incontrolavelmente que cada um leria de uma forma diferente dos demais, produzindo confusão e desordem no tecido da Igreja. Lutero teria argumentado que não seria assim, porque os crentes leriam de forma

adequada. A isso Erasmo respondeu, contra-argumentando que cada um leria de sua própria maneira e diria que essa é a maneira adequada. Por sua vez, Lutero teria respondido que o verdadeiro crente leria de modo correto, ao que Erasmo só podia declarar que era óbvio que cada crente se consideraria o verdadeiro e declararia sua leitura como verdadeira. Não houve entendimento entre os dois até então amigos, para não mais, depois disso¹⁷. Erasmo seguiu sua vida, Lutero a dele, e estamos nisso até hoje. Cada crente, cada igreja, lê a Bíblia de sua maneira e *declara* ser essa a leitura correta e a maneira correta. Cada Igreja protestante é uma igreja católica romana. Não é a Bíblia o seu fundamento. Ela apenas declara que seja. Só não se reconhece como tal. Minha avaliação é a de que não reconhecerá nunca. E se *uma* o vier a fazer, permanecerão milhares de outras a manter o jogo artificial do “fundamento bíblico da doutrina”.

Terceira etapa da pré-história da Teologia do Antigo Testamento – a Teologia Bíblica como rival da dogmática cristã

Se a alguém há de parecer inusitado que a Reforma não tenha efetivamente levado a Bíblia a tornar-se de fato fundamento da doutrina, a terceira declaração de Hasel soará ainda mais inusitada: “A ‘teologia bíblica’ deixou de ser uma disciplina auxiliar da dogmática, tornando-se agora *rival* desta (...) A teologia bíblica não passava de uma disciplina histórica, que se contrapunha à dogmática tradicional” (p. 16, grifo nosso). Dentro do próprio Protestantismo, a Bíblia não apenas não se revelava fundamento da doutrina cristã, mas tornava-se cada vez mais rival do sistema dogmático no qual, supostamente bíblicas, as doutrinas se organizavam. Hasel já adiantara que, mesmo durante a segunda fase

¹⁷ Para a narrativa, cf. POPKIN, R. H. História do ceticismo de Erasmo a Espinoza. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2000.

da pré-história da Teologia Bíblica, quando se declarava entender tratar-se a Bíblia de fundamento da dogmática, o pietismo funcionara como um “instrumento de reação à árida ortodoxia protestante” (p. 14-15) e que diversos teólogos petistas se valeram “da teologia bíblica para fazer frente aos sistemas ortodoxos de doutrina” (p. 15). Mas naquela fase, a igreja em reforma encontrava-se a rigor no contexto de conflitos entre diferentes grupos eclesiais, entre “nós” e “eles”. O pietismo não é aí a verdadeira força motriz do processo. A rigor, não se poderia dizer que se trata de um conflito de todo diferente do conflito entre protestantes e católicos, um conflito do tipo “nós” (protestantes) contra “eles” (cristãos e, depois de Trento, católico-romanos). O conflito entre diferentes grupos protestantes permanece rigorosamente um conflito de tipo “nós” contra “eles”, porque se trata de um conflito político-social. O fato de ser um conflito entre protestantes entre si, e não entre protestantes e católico-romanos, alterará o perfil do enfrentamento retórico que se pode observar, mas não o tipo de conflito. A situação tende a permanecer inalterada, com o grupo sempre considerando-se certo, independentemente de ser seu adversário uma comunidade católico-romana ou protestante. No que diz respeito ao jogo eclesial, a situação é exatamente a mesma até hoje.

Por que então a Bíblia se tornará rival da doutrina? Aqui, sim, parece correto considerar que a resposta se encontre no pietismo. Ao dizê-lo, somos naturalmente forçados a recordar e a acompanhar a declaração de Ritschl, segundo quem há diversas e controvertidas aproximações ao fenômeno do pietismo¹⁸. Não podia ser diferente: a relação do pietismo com a crítica bíblica não se encontra isenta de controvérsias, não se pode tomar o pietismo como um bloco homogêneo, e não se pode considerar que a relação entre o pietismo como

¹⁸ RITSCHL, A. “Prolegomena” to The History of Pietism. In: RITSCHL, A. *Three Essays: Theology and Metaphysics: “Prolegomena” to The History of Pietism: Instruction in the Christian Religion*. Eugene: Wipf and Stock Publishers, 2005, p. 51.

um todo e a crítica bíblica tenha sido a mesma em todas as partes¹⁹. A rigor, como se verá a seguir, é a uma pequena parte da expressão pietista que se pode atribuir a emergência mais radical da leitura da Bíblia em rivalidade à doutrina. Mas é exatamente nesse sentido que podemos recorrer a Tillich para esclarecer a questão na perspectiva que nos parece apropriada. No último capítulo de *História do Pensamento Cristão*²⁰ e no primeiro capítulo de *Perspectivas da teologia protestante nos séculos XIX e XX*²¹, Tillich descreve como o pietismo e o racionalismo iluminista lutaram ambos contra a ortodoxia. Nas palavras de Tillich: “o racionalismo nasceu do misticismo e ambos se opõem ao autoritarismo da ortodoxia”²². Geralmente se tende a considerar que a crítica bíblica deriva do racionalismo iluminista, constituindo uma operação da cultura, mas não da Igreja. Mas o fato é que, se não se pode atribuir toda a crítica europeia ao conflito entre pietismo e ortodoxia, de outro não se pode desconsiderar o papel preponderante que esse conflito teve para o desenvolvimento da crítica bíblica. Não se está aqui pretendendo com isso sugerir que o pietismo esteja na base de toda operação crítica: “ultrapassar a compreensão ingênua e superficial (...) e a identificação de Kant como filósofo do protestantismo, racionalismo religioso, pietismo”²³. Não se

¹⁹ Apenas a relação entre pietismo e crítica bíblica demandaria um artigo. Não é o caso. Sugere-se para contornar a lacuna a consulta a STOEFLER, F. E. *German Pietism during the Eighteenth century*. Leiden: Brill, 1973; HUSS Jr., A. *Johann Albrecht Bengel: A prominent post-Reformation voice engaging a rising tide of Biblical Criticism*. Haddington House Journal, 2011, p. 115-136. Disponível em http://biblicalstudies.gospelstudies.org.uk/pdf/haddington-house-journal/13_115.pdf; SHANTZ, D, H. *An introduction to German Pietism: Protestant renewal at the dawn of modern Europe*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2013. Para uma visão diferente, mas que em termos gerais chega a uma conclusão não de todo incompatível com a que se chega no presente artigo, cf. WALLIS, L. The paradox of modern biblical criticism. *The Biblical World*, v. 52, n. 1, 1918, p. 41-49. Para Wallis, a crítica bíblica é importada para a Alemanha, mas seu uso se dirige a processos de crítica da autoridade constituída.

²⁰ TILLICH, P. *História do pensamento cristão*. 2 ed. São Paulo: ASTE, 2000,

²¹ TILLICH, P. *Perspectivas da teologia protestante nos séculos XIX e XX*. 2 ed. São Paulo: ASTE, 1999.

²² TILLICH, P. *História do pensamento cristão*. 2 ed. São Paulo: ASTE, 2000, p. 282.

²³ KRASSUSLI, J. A. *Crítica da religião e sistema em Kant: um modelo de reconstrução racional do cristianismo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

trata sequer se sugerir uma lei que determine que o pietismo mais cedo ou mais tarde promova o racionalismo. O que se está tentando é considerar que o pietismo alemão produziu um efeito para além de sua intenção, o que nos leva ao conceito de ecologia da ação. O pietismo marca-se por uma profunda devoção pessoal. A experiência religiosa tende a desenvolver-se de forma cada vez mais radicalmente subjetiva. Propiciada pela retórica reformada de livre exame das Escrituras, pela doutrina da iluminação do Espírito, pela sensibilidade litúrgica, nem todos, nem mesmo a maioria deles, mas alguns encontraram força interior para superar a própria doutrina e as amarras apologéticas. Como Tillich declarou: “o movimento pietista” favorecia “o espírito de autonomia surgido nos séculos XVIII e XIX”²⁴, ou ainda, “falando mais claramente, a autonomia racional moderna é filha da autonomia mística da doutrina da luz interior”²⁵. A leitura da Bíblia revelava a tais pietistas não exatamente ou apenas o erro dos católico-romanos ou dos outros protestantes, mas a *inadequabilidade entre a sua própria doutrina e o texto da Bíblia*. O pietismo constitui o tabuleiro no qual o jogo efetivamente se alterou: até então, o jogo consistia em cada facção eclesiástica declarar-se correta em face de todas as demais, então erradas. O inesperado movimento pietista foi gerar a crítica *na própria tradição*. É a isso que Hasel se refere quando diz que a Teologia Bíblica se tornou rival da Dogmática. Não se trata mais da questão do conflito entre igrejas diferentes, entre tradições distintas, mas do conflito dentro da mesma igreja. No que diz respeito à Bíblia, o Protestantismo somente começou nesse dia, quando a força pietista permitiu a contestação da declaração eclesiástica²⁶ de que as doutrinas protestantes se sustentavam na Bíblia. Não

²⁴ TILLICH, P. *História do pensamento cristão*. 2 ed. São Paulo: ASTE, 2000, p. 281.

²⁵ TILLICH, P. *História do pensamento cristão*. 2 ed. São Paulo: ASTE, 2000, p. 281.

²⁶ Nas palavras de Tillich, os movimentos pietistas “têm caráter de imediatez ou de autonomia em oposição à autoridade da igreja” (TILLICH, P. *História do pensamento cristão*. 2 ed. São Paulo: ASTE, 2000, p. 281). Mas atenção: aqui se trata precisamente da autonomia em face da autoridade *da própria igreja*.

apenas não se sustentavam, como uma leitura zelosa, piedosa, atenta, criteriosa, isto é, *crítica*, da Bíblia revelava que, se lidos com rigor e critério histórico, os textos utilizados para sustentar retórica e apologeticamente as doutrinas do protestantismo não apenas não as sustentavam, como as questionavam.

Quarta etapa da pré-história da Teologia do Antigo Testamento – a Teologia Bíblica como disciplina exclusivamente histórica, independente da dogmática cristã

No que diz respeito à Bíblia, a data a ser lembrada não deveria ser 31 de outubro de 1517, mas “30 de março de 1787. Esse ano marcou para a teologia bíblica o início de seu papel de disciplina exclusivamente histórica, totalmente independente da dogmática” (p. 17)²⁷. Como marco didático, nesse dia deu-se a conferência de Johann Philipp Gabler na Universidade de Altdorf. Nela, Gabler apresenta a proposta do que deveria ser a Teologia Bíblica. De modo geral, o corpo eclesial rejeitará os termos de Gabler, e, nos domínios eclesiásticos, a Teologia Bíblica continuará a ser – até hoje – alguma coisa entre auxiliar e alegado fundamento da Teologia Sistemática, amiúde sendo politicamente deprimida em seu potencial de rivalizar com as doutrinas do Protestantismo. Desconheço o caso de alguma igreja Protestante que formal e oficialmente declare que sua fundamentação doutrinária se encontra fundamentada não na Bíblia, mas na

²⁷ Consultada, mas não traduzida pelo pesquisador, a publicação original da conferência à que Hasel se refere é: GABLER, I. P. *De iusto discrimine theologiae biblicae et dogmaticae, regundisque recte utriusque finibus*. Nurnberg: Monath, 1787. Disponível (para visualização completa) em: https://reader.digitale-sammlungen.de/de/fs1/object/display/bsb10958262_00001.html. Em edição comemorativa das obras de Gabler, o mesmo texto encontra-se disponível em https://hegel.net/gabler/Gabler1831-Kleinere_theologische_Schriften-Bd2.pdf. Quando não cita diretamente essa última versão, o próprio Hasel, por sua vez, referencia suas declarações com base em KUMMEL, W. G. *The New Testament: The History of the Investigation of Its Problems*. Nashville: Abingdon Press, 1972.

tradição. Caso haja, deve aparecer nesse contexto como exceção. De qualquer modo, a Teologia Bíblica se desenvolverá nos ambientes teológicos ligados às universidades, e, tal qual o de sua matriz social, o Protestantismo, seu efetivo nascimento se dá por ruptura formal com a dogmática.

O programa proposto por Gabler está presente nos manuais acadêmicos de Teologia Bíblica, mesmo quando estes não se sentem de todo seguros nem quanto à condição exclusivamente histórica da disciplina, nem quanto à sua total independência da dogmática. Nos ambientes controlados pelas igrejas, nenhum dos dois postulados é aceito, mas nos espaços acadêmicos pode-se flagrar, aqui mais, ali menos, esforços no sentido de levar até as últimas consequências o programa daquele 30 de março.

Nos termos em que Hasel o apresenta, o programa de Gabler caracteriza-se pelos seguintes pontos. Primeiro, a Teologia Bíblica não deve operar sob o controle teológico, especificamente da doutrina da inspiração, porque “o Espírito de Deus decididamente não destruiu o atributo da compreensão e da percepção inerente aos santos” (p. 18)²⁸. Com citados referenciados em Kummel, Hasel declara que “o que importa não é a ‘autoridade divina’, mas ‘apenas o que eles (autores bíblicos) pensavam’” (p. 18)²⁹. Não muito tempo depois será possível encontrar o programa hermenêutico de Schleiermacher declarando que o sentido de um texto está diretamente relacionado ao pensamento de seus autores³⁰. No século XX, a exegese corre o risco de ser arrastada pelas redes dos pesqueiros dos

²⁸ Hasel declara estar citando GABLER, I. P. *De iusto discrimine theologiae biblicae et dogmaticae, regundisque recte utriusque finibus*. In: GABLER, T. A.; GABLER, J. G. (ed). *D. Johann Philipp Gabler's Kleinere theologische Schriften*. Ulm: Stettin, 1831, p. 179-198. A versão original da obra citada por Hasel encontra-se disponível em https://hegel.net/gabler/Gabler1831-Kleinere_theologische_Schriften-Bd2.pdf.

²⁹ Hasel declara citar KUMMEL, W. G. *The New Testament: The History of the Investigation of Its Problems*. Nashville: Abingdon Press, 1972, p. 99.

³⁰ PALMER, Richard. *Hermenêutica*. Lisboa: 70, 1999, p. 91-99; SCHLEIERMACHER, Friedrich. *Hermeneutics and criticism. And other writings*. Cambridge: Cambridge Press, 1988, p. 228.

temas da literatura e da morte do autor³¹, mas o fato é que a Teologia Bíblica nasce sob o signo da atenção teórico-metodológica não mais à revelação ou à tradição, mas ao que os autores efetivamente quiseram dizer. Em segundo lugar, trata-se de recuperar o pensamento de cada autor bíblico, relacionando-o criteriosamente com os pensamentos diversos dos demais autores. Deve-se distinguir as especificidades de cada pronunciamento, reunir o conjunto desses pronunciamentos e elaborar um painel de conteúdos teológicos representativos da pluralidade dos conteúdos do Antigo Testamento³². Finalmente, a Teologia Bíblica deveria distinguir criteriosamente as diversas fases da religião que se desenvolve desde o Antigo Testamento até os cristianismos modernos, cuja declaração perceptivelmente ecoa na afirmação, por exemplo, de outro teólogo do Antigo Testamento do século XX, Fohrer, quando argumenta que o Antigo Testamento deve ser interpretado como grandeza autônoma e independentemente do Novo Testamento: “a prova profética não serve para nada”³³. Pode-se considerar que esse momento marque o nascimento propriamente dito da Teologia Bíblica, porque, como alega Hasel, pouco depois da conferência de Gabler, coube a G. L. Bauer a publicação daquela que seria a primeira obra com o título de “Teologia Bíblica”³⁴. Na opinião de Hasel, Bauer “foi o primeiro a compreender a finalidade de uma teologia bíblica rigorosamente histórica” (p. 18).

³¹ Cf. BARTHES, R. A morte do autor. In: BARTHES, R. *O rumor da Língua*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

³² Pense-se, por exemplo, em uma obra como GERSTENBERGER, E. S. *Teologias no antigo testamento: pluralidade e sincretismo da fé em Deus no Antigo Testamento*. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2007. Mas o leitor atento necessariamente estranhará a presença do termo “Deus” no título de uma *Teologia do Antigo Testamento*.

³³ FOHRER, G. *Estruturas teológicas fundamentais do Antigo Testamento*. São Paulo: Paulinas, 1987, p. 20.

³⁴ BAUER, G. L. *Theologie des alten Testaments*. Leipzig: Weygandsche Buchhandlung, 1796. Disponível em <http://digitale.bibliothek.uni-halle.de/vd18/content/pageview/11364232>.

Não se acentuará suficientemente a ressalva de que a proposta de Gabler não tenha encontrado eco nas igrejas em reforma, e reconheceríamos cordatamente qualquer exceção factual apontada. Depois de ter sido por quase três séculos mera auxiliar da Dogmática, depois de ter sido alegada como declarado fundamento das doutrinas por todas as diferentes igrejas que sustentavam diferentes doutrinas por meio de leituras da mesma Bíblia, depois de ter a leitura pietista produzido a contestação da doutrina internamente a cada igreja em particular, revelando a improcedência da declaração de que a Bíblia seja fundamento das doutrinas de qualquer igreja que seja, o resultado, que não deve surpreender, é a separação entre Teologia Bíblica e Teologia Dogmática. A Teologia Bíblica nasce e é forçada a se degredar nos ambientes teológicos universitários, onde encontrará um desenvolvimento próprio, que apenas se esboçará adiante. Nos espaços eclesiásticos de recorte protestante, a Teologia Dogmática continuará a tratar a Teologia Bíblica, logo, a Bíblia, como sua auxiliar. Nesses ambientes, um simulacro de “Teologia Bíblica” produzirá milhões de obras que, a rigor, vendem Teologia Dogmática como se fosse bíblica.

Nesse sentido e contexto, é de máxima relevância assentar um fato histórico, de interesse para a Teologia e a Exegese. Trata-se da posição da Igreja Católica Apostólica Romana a respeito da interpretação da Bíblia na Igreja. Note-se: interpretação da Bíblia *na Igreja*. Na forma de uma espécie de manual para a leitura da Bíblia, disponível tanto em edições físicas publicadas por editoras católico-romanas de impacto eclesiástico e universitário quanto em edição virtual no site do Vaticano, na orientação oficial católica para a leitura da Bíblia na Igreja romana, a maior expressão formal dos cristianismos mundiais, pode-se ler:

O método histórico-crítico é o método indispensável para o estudo científico do sentido dos textos antigos. Como a Santa Escritura, enquanto “Palavra de Deus em linguagem humana”, foi composta por autores humanos em todas as suas

partes e todas as suas fontes, *sua justa compreensão não só admite como legítimo, mas pede a utilização deste método*³⁵.

Na sequência, o manual recomenda uma série de metodologias de acesso à Bíblia, mas ressalva tratar-se a aproximação histórico-crítica como fundamental. Nos termos do manual, conquanto ele sozinho não seja considerado suficiente para o acesso à riqueza do material bíblico, o método histórico-crítico é caracterizado como “um método *histórico* (...) porque ele procura elucidar os processos históricos de produção dos textos bíblicos, processos diacrônicos algumas vezes complicados e de longa duração”, como “um método *crítico*, porque ele opera com a ajuda de critérios científicos tão objetivos quanto possíveis em cada uma de suas etapas” e ainda um “método *analítico* (...) (que) estuda o texto bíblico da mesma maneira que qualquer outro texto da antiguidade e o comenta enquanto linguagem humana”³⁶. Cada um desses elementos encontra-se implícito no programa de Gabler, de sorte que é possível considerar que as igrejas de tradição protestantes recusaram, até hoje, com alguma eventual exceção, os postulados de uma Teologia Bíblica exclusivamente histórica e independente da Dogmática, mas é igualmente fato que a maior expressão institucional cristã do planeta, não. Enquanto cidadãos, teólogos e teólogas *podem* ler a Bíblia de modo exclusivamente histórico e de forma totalmente independente da Dogmática, mas como homens e mulheres da igreja de recorte protestante-evangélico, não. Por seu turno, qualquer teólogo ou teóloga de profissão de fé católico-romana pode formalmente acessar de modo

³⁵ PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA. *A interpretação da Bíblia na Igreja*. Roma, 1993. Disponível em http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/pcb_documents/rc_con_cfaith_doc_19930415_interpretazione_po.html.

³⁶ PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA. *A interpretação da Bíblia na Igreja*. Roma, 1993. Disponível em http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/pcb_documents/rc_con_cfaith_doc_19930415_interpretazione_po.html.

histórico-crítico as Escrituras da Igreja e assim se comportarem em absoluta consonância com a norma eclesiástica em vigor. Não perceber o contraste constrangedor entre os dois tecidos eclesiásticos é não enxergar a própria realidade.

Breve exposição da história da(s) Teologia(s) Bíblica(s) após 1787

Não é possível aqui dar à fase pós-1787 da Teologia Bíblica o mesmo espaço investido na análise da fase de sua pré-história acima descrita. Mas é preciso ao menos delinear as etapas, que devem ser detalhadas e aprofundadas em uma segunda oportunidade. Duas observações não necessárias. Primeiro, como marco didático e histórico, a data de 30 de março de 1787 marca, ao mesmo tempo, o fim da pré-história e o início da história propriamente dita da Teologia Bíblica. Por outro lado, deve-se ter em mente que, nos termos descritos por Hasel, conquanto não explicitados por ele, deve-se falar não de *uma* Teologia Bíblica após 1787, mas de *duas*. Isso porque a Teologia Bíblica que acata o programa de Gabler recolheu-se quase que com absoluta exclusividade aos ambientes teológicos universitários, enquanto os ambientes eclesiásticos e as instituições teológicas sobre seu direto controle hierárquico mantiveram a Teologia Bíblica nos moldes da segunda etapa da sua pré-história: nesses ambientes, chama-se de Teologia Bíblica o resultado de uma interpretação político-ideológica da Bíblia, controlada pela Dogmática particular de cada Igreja.

Havendo, portanto, não uma, mas duas Teologias Bíblicas no mercado, é correto perceber-se duas histórias diferentes. E Hasel justamente as descreve. Para a Teologia Bíblica de recorte gableriano, duas etapas se deram em seu desenvolvimento. Primeiro, ela teria sido encapsulada por sistemas filosóficos, tendo passado muitas décadas até que se pudesse libertar (p. 19). Por volta do

final do século XIX e início do XX, por influência do movimento da História das Religiões, a Teologia Bíblica de recorte histórico-crítico teria se convertido identitariamente em História da Religião de Israel (p. 23). Desde então, não houve grande desenvolvimento nessa corrente universitária. Por sua vez, a Teologia Bíblica sob controle teológico dos ambientes eclesiais passará por também duas fases. Primeiro, como se não bastasse a recusa conservadora do programa de Gabler tão cedo quanto sua proposição, um movimento continental reacionário de caráter político aprofundou em toda a Europa o conservadorismo teológico, aprofundando a distância denunciada na fase da rivalidade entre Teologia Bíblica e Teologia Dogmática entre a Bíblia, de um lado, e as doutrinas cristãs, de outro (p. 20). Finalmente, Hasel fala de uma Nova Teologia Bíblica, marcada teológica e conservadoramente pela retórica da “aproximação canônica” à Bíblia (p. 14).

Algumas observações críticas deveriam ser feitas à descrição que Hasel faz da história propriamente dita da Teologia Bíblica, segundo Hasel, mas a rigor das Teologias Bíblicas, efetivamente. A identidade conservadora de Hasel, por exemplo, fará com que avalie mais negativamente a transformação da Teologia Bíblica acadêmica em História da Religião de Israel, ao passo que avalie mais favoravelmente os pressupostos da Nova Teologia Bíblica. A avaliação que aqui se poderia fazer é justamente em sentido contrário, e justamente pela razão da posição não conservadora do pesquisador. Mas, de qualquer forma, de um lado, não há espaço para essa discussão, e, de outro, independentemente de sua avaliação, os fatos que Hasel descreve são corretamente apresentados: em determinados ambientes, a Teologia Bíblica gableriana aprofunda cada vez mais radicalmente sua identidade histórica, e de outro, sua face eclesial torna-se cada vez mais parecida com a Dogmática. Louvor merece a Igreja católico-

romana, que, enquanto igreja, assume formalmente o programa hermenêutico de uma abordagem gableriana à Bíblia.

Conclusão

A pré-história da Teologia Bíblica encerra-se com a decisão dos teólogos do Antigo Testamento de assumirem a identidade da disciplina como exclusivamente histórica e sem relações de dependência da Teologia Dogmática. A Teologia Bíblica nasce da crítica que ela mesma produz. Até 30 de março de 1787, didaticamente, a Bíblia sofrera um processo hermenêutico internamente aos protestantismos, que responde pelas transformações do conflito que produz e reproduz incessantemente, até hoje, tais igrejas. Primeiro, a Bíblia entra no jogo eclesiástico como *auxiliar* das doutrinas protestantes. Décadas terão se passado até que ela finalmente revele seu poder de desnudar a inconsistência da retórica protestante de ter como fundamento de suas doutrinas a própria Bíblia. Depois da fase de papel de auxiliar, o conflito interno aos protestantismos divergentes produz nova retórica: cada igreja afirma que sua doutrina, diferente das demais, está na Bíblia, que, todavia, é uma só. De modo geral, as igrejas de recorte evangélico-protestante vivem até hoje nessa fase. Mumificaram-se³⁷. A rivalidade entre a Bíblia e a Dogmática se dá no coração mais interno do movimento pietista, que, por força de pulsões de caráter mais psicológico-religioso, não apenas adquiriu capacidade de enxergar que o que se lia diferia em absoluto do que se normatizava ter-se de ler, mas ao mesmo tempo força para anunciar e denunciar o estado de coisas. Eram todos homens de igreja. A Teologia Bíblica não foi produzida pelo iluminismo ateu, mas por pastores e homens da igreja, igreja essa que, todavia, não estava nem está interessada na independência da Bíblia em

³⁷ As contingências carismáticas do século XX não alteraram o quadro em uma única dimensão que seja.

relação aos dogmas. Como a Reforma nasce, rasgando a carne do corpo eclesial, dito de Cristo pela Teologia, a Teologia Bíblica nasce rasgando o mesmo tecido. De um lado, se desenvolverá a corrente acadêmica, que buscará aprender lidar com a condição histórica dos textos da Bíblia, culminando na transformação da disciplina: Teologia Bíblica ou é História da Religião de Israel (e Judá), ou não é teologia bíblica. De outro, haverá de se aprofundar o conservadorismo teológico e a instrumentalização política da Bíblia, às vezes mais declaradamente, às vezes mais dissimuladamente, mas sempre procurando transformar a abordagem histórica em abordagem *instrumental* eclesiástica.

O pequeno e excelente livro de Hasel nos narra essa história que deve surpreender a muitos que, encantados pela apologética protestante, acreditam que a Bíblia seja fundamento da fé. Certamente nunca saíram pelas ruas e contaram quantas diferentes igrejas há a pregarem diferentes doutrinas em cada rua do planeta. Ah, sim, sempre com a mesma Bíblia. Todavia, a nota feliz é: ao menos a maior expressão institucional cristã do mundo, a Igreja Católica, não apenas reconhece a independência da Bíblia e da Teologia Bíblica em relação à Dogmática. E por quê? Porque ela assume a tradição. Por isso, não precisa enganar-se a si mesma nem a ninguém sobre um suposto fundamento bíblico que, segundo Hasel, na prática, nunca existiu.

Referências

BARR, J. *The Journal of Theological Studies*, New series, v. 25, n. 1, 1974, p. 182-186. Resenha de: HASEL, G. *Old Testament Theology: basic issues in the current debate*. Grand Rapids: Wm. B. Eerdmans, 1972.

BARRERA, J. T. *A Bíblia judaica e a Bíblia cristã: introdução à história da Bíblia*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

BAUER, G. L. *Theologie des alten Testaments*. Leipzig: Weygandsche Buchhandlung, 1796. Disponível em <http://digitale.bibliothek.uni-halle.de/vd18/content/pageview/11364232>.

CLEMENTS, R. E. *Scottish Journal of Theology*, v. 26, n. 4, 1973, p. 500. Resenha de: HASEL, G. *Old Testament Theology: basic issues in the current debate*. Grand Rapids: Wm. B. Eerdmans, 1972.

DAVIDSON, R. M. The legacy of Gerhard Hasel's Old Testament Theology: basic issues in the current debate revealed in Old Testament scholarship of the last four decades. *Journal of the Adventist Theological Society*, v. 26, n. 2, 2015, p. 3-25.

DREHER, M. N. *Crise e renovação da Igreja no período da Reforma*. 4 ed. São Leopoldo: Sinodal, 2006.

GABLER, I. P. *De iusto discrimine theologiae biblicae et dogmaticae, regundisque recte utriusque finibus*. Nurnberg: Monath, 1787. Disponível em: https://reader.digitale-sammlungen.de/de/fs1/object/display/bsb10958262_00001.html.

GABLER, I. P. *De iusto discrimine theologiae biblicae et dogmaticae, regundisque recte utriusque finibus*. In: GABLER, T. A.; GABLER, J. G. (ed). D. Johann Philipp Gabler's Kleinere theologische Schriften. Ulm: Stettin, 1831, p. 179-198. Disponível em https://hegel.net/gabler/Gabler1831-Kleinere_theologische_Schriften-Bd2.pdf.

FOHRER, G. *Estruturas teológicas fundamentais do Antigo Testamento*. São Paulo: Paulinas, 1987.

GERSTENBERGER, E. S. *Teologias no antigo testamento: pluralidade e sincretismo da fé em Deus no Antigo Testamento*. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2007.

HASEL, G. *Teologia do Antigo Testamento – questões fundamentais no debate atual*. Rio de Janeiro: JUERP, 1987.

HASEL, G. *Old Testament Theology: basic issues in the current debate*. Grand Rapids: Wm. B. Eerdmans, 1972.

HUSS Jr., A. *Johann Albrecht Bengel: A prominent post-Reformation voice engaging a rising tide of Biblical Criticism*. Haddington House Journal, 2011, p. 115-136. Disponível em http://biblicalstudies.gospelstudies.org.uk/pdf/haddington-house-journal/13_115.pdf.

KRASSUSLI, J. A. *Crítica da religião e sistema em Kant: um modelo de reconstrução racional do cristianismo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

KUMMEL, W. G. *The New Testament: The History of the Investigation of Its Problems*. Nashville: Abingdon Press, 1972.

MORIN, E. *Introdução ao pensamento complexo*. Lisboa: Instituto Piaget, 2008.

MORIN, E. *O Método 2. A vida da vida*. Porto Alegre: Sulinas, 2001.

MORIN, E. *Os sete saberes necessários à Educação do futuro*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

PALMER, Richard. *Heremênutica*. Lisboa: 70, 1999.

POPKIN, R. H. *História do ceticismo de Erasmo a Espinoza*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2000.

RITSCHL, A. "Prolegomena" to The History of Pietism. In: RITSCHL, A. *Three Essays: Theology and Metaphysics: "Prolegomena" to The History of Pietism: Instruction in the Christian Religion*. Eugene: Wipf and Stock Publishers, 2005, p. 51-148.

SCHLEIERMACHER, Friedrich. *Hermeneutics and criticism. And other writings*. Cambridge: Cambridge Press, 1988.

SHANTZ, D, H. *An introduction to German Pietism: Protestant renewal at the dawn of modern Europe*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2013.

STOEFFLER, F. E. *German Pietism during the Eighteenth century*. Leiden: Brill, 1973.

TILLICH, P. *História do pensamento cristão*. 2 São Paulo: ASTE, 2000.

TILLICH, P. *Perspectivas da teologia protestante nos séculos XIX e XX*. 2 ed. São Paulo: ASTE, 1999.

ZUCK, R. B. *A interpretação bíblica: meios de descobrir a verdade da Bíblia*. São Paulo: Vida Nova, 1994.

RECEBIDO: 16/06/2022
APROVADO: 08/08/2022

RECEIVED: 06/16/2022
APPROVED: 08/08/2022